

ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES

ACCESSIBILITY OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION AND THE INFLUENCE OF CONTINUING TRAINING FOR TEACHERS

Vinicius da Silva Freitas¹
Samira Borges Ferreira²
Ivani Monsueth Alves Oliveira³
Maria das Dores Aguiar Carvalho⁴
Marialva de Souza Silva⁵
Marisete Maihack Perondi⁶

RESUMO: A taxa global de alfabetização para indivíduos adultos que possuem deficiência gira em torno de 3%, sendo apenas 1% para mulheres. Dessa forma, este estudo tem como pergunta problema quais as estratégias adotadas para atender as necessidades que relacionam as habilidades, competências e a legitimação da formação de pessoas com deficiências na educação superior? Para responder à pergunta problema o objetivo geral foi realizar uma análise sobre o acesso à educação para indivíduos com deficiência em ensino superior dentro das unidades de ensino. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa que busca analisar os estudos existentes na literatura. Para a seleção dos artigos, serão utilizados os critérios de inclusão o idioma em português, inglês ou espanhol e com datas de publicação entre os anos de 2015 e 2023. Conclui-se que para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva é preciso oferecer oportunidade para que todos possam desenvolver suas potencialidades e para isso são de suma importância ações que considerem as questões de inclusão e acessibilidade dentro do âmbito do ensino superior, através de estratégias, recursos e metodologias adequadas que valorizem as distinções e tenham foco nas potencialidades dos alunos sem ou com deficiência.

1

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação. Ensino Superior. Deficiência. Formação.

ABSTRACT: The global literacy rate for adults with disabilities is around 3%, with only 1% for women. Therefore, this study's question is: what strategies are adopted to meet the needs that relate skills, competencies and the legitimization of the training of people with disabilities in higher education? To answer the problem question, the general objective was to carry out an analysis of access to education for individuals with disabilities in higher education within educational units. The present study is an integrative review that seeks to analyze existing studies in the literature. For the selection of articles, the inclusion criteria will be the language in Portuguese, English or Spanish and with publication dates between the years 2015 and 2023. It is concluded that for the development of an inclusive society it is necessary to offer opportunities for everyone can develop their potential and for this, actions that consider issues of inclusion and accessibility within the scope of higher education are of utmost importance, through appropriate strategies, resources and methodologies that value distinctions and focus on the potential of students without or with deficiency.

Keywords: Accessibility. Education. University education. Deficiency. Training.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estácio de Sá e Doutor em Ciências da Reabilitação pelo Centro Universitário Augusto Motta.

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia.

³ Especialista em Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes.

⁴ Especialista em Educação Especial pela Universidade Católica Dom Bosco.

⁵ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Rondônia.

⁶ Doutoranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

I. INTRODUÇÃO

Ao que tange pessoas com deficiência, as políticas educacionais recentes fundamentam o imperativo global de implantação de ações afirmativa para promover a acessibilidade no ingresso, na iniciação, permanência e formação e também na titulação dessa população dentro do espaço da Educação Superior.

Dessa forma, uma breve contextualização através da democratização do acesso de pessoas com deficiência dentro do âmbito da educação superior brasileira, somada aos conceitos atuais de deficiências, codificações culturais e sociais nos âmbitos universitários e às práticas contemporâneas dentro da educação superior. Diversos aspectos éticos-políticos e morais da alteridade e acessibilidade, desenvolvendo uma estratégia com cenário econômico e as possibilidades didático-pedagógicas na perspectiva da acessibilidade no nível superior.

A taxa global de alfabetização para indivíduos adultos que possuem deficiência gira em torno de 3%, sendo apenas 1% para mulheres. No mundo existem aproximadamente 1 bilhão de pessoas que possuem algum tipo de deficiência no mundo, sendo este número um fator que representa a maior minoria do mundo, sendo responsável por cerca de 15% da população global.

Dessa forma, este estudo tem como pergunta problema quais as estratégias adotadas para atender as necessidades que relacionam as habilidades, competências e a legitimação da formação de pessoas com deficiências na educação superior? Para responder à pergunta problema o objetivo geral foi realizar uma análise sobre o acesso à educação para indivíduos com deficiência em ensino superior dentro das unidades de ensino. Dentre os objetivos específicos estão a resumir o processo educacional brasileiro e o atendimento a pessoas com deficiência; apontar a importância do atendimento a acessibilidade a pessoas com deficiência dentro do ambiente de ensino superior; e por fim descrever sobre o estado da arte na contemporaneidade.

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa que busca analisar os estudos existentes na literatura para o desenvolvimento teórico da pesquisa, bem como, solucionar o problema de pesquisa. Para a seleção dos artigos, serão utilizados os critérios de inclusão o idioma em português, inglês ou espanhol, artigos que apresentam relação com o tema estudado e com datas de publicação entre os anos de 2013 e 2023. Dentre os critérios de exclusão estarão artigos repetidos, artigos que fogem do tema ou que não possuem nenhuma ligação com o tema.

O presente estudo de revisão tem como propósito incentivar políticas de formação e inclusão destes indivíduos na sociedade, incentivando assim o acesso igualitário a educação de qualidade e a fomentação de debates em conjunto com comunidades academias e científicas nos processos coletivos e individuais de reconfiguração e revisitação das práticas e políticas públicas de acessibilidade dentro do âmbito das instituições de Educação de Ensino Superior.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nos últimos 10 anos, as instituições de educação superior brasileira têm aberto mão de políticas de ações comprovadas para potencializar a entrada de corpos historicamente considerados estigmatizados, desviantes, excluídos e minorizados. Esse processo tem acontecido através de políticas com base em critérios econômicos, raciais, étnicos, de diversidade de gênero e sexual e de características biopsicossociais da condição de deficiência (CABRAL, 2018).

Em relação ao índice de pessoas em específico com deficiências ligadas às instituições de nível superior, percebe-se um grande e significativo aumento progresso nos últimos anos. De acordo com Inep (2022) cerca de 55 mil pessoas com deficiências, representam esses espaços, sendo estudantes ou servidores como técnicos em assuntos docentes e educacionais e técnicos administrativos (BRASIL, 2016).

No entanto, as estratégias de recuperação histórica têm sensibilizado o insistente propósito neoliberal de desenho hegemônico da Educação Superior, apresentando diversos questionamentos em função às atuais culturas e configurações universitárias em função a aspectos como: princípios morais e éticos de direitos humanos, cidadania e alteridade, acessibilidade, possibilidades para a recuperação cooperativa dos espaços acadêmicos, de suas normativas e do currículo, e conceitos relacionados à condição de deficiência (CABRAL, 2017).

Esses questionamentos de suma importância têm incentivado as comunidades acadêmicas a sugerirem rupturas simbólicas de aspectos institucionais historicamente definidos e, gradualmente, a materializarem mudanças possíveis nas distintas áreas de cada contexto. Nesse caminho, um primeiro ponto a ser apontado se constitui os conceitos de deficiência que têm perpassado os âmbitos acadêmicos.

2.1. Codificação social, conceitos e culturas nos contextos universitários

A literatura científica atualmente tem apresentado o predomínio de três tipos de conceitos relacionados à deficiência o conceito metafísico (HOUAISS; VILLAR, 2009); conceito biológico (CANGUILHEM, 2009) e o conceito social (LEITE; LACERDA, 2018). No que tange o contexto da Educação Superior, especificamente descrevem que:

É inevitável (ou deveria ser) que as comunidades acadêmicas questionem suas concepções de deficiência, sobretudo quando são incitadas a reconhecerem as multiplicidades e as diferenças das pessoas com deficiências para legitimação de seus direitos. Isso porque, quando as variáveis complexas, que constituem uma concepção, não são bem discutidas e relacionadas aos seus micros e macros contextos, podem tornar-se elementos discriminatórios, arbitrários e excludentes, deixando determinados segmentos sociais em condições mais marginalizadas do que outros (LEITE; CABRAL E LACERDA, p. 4)

Na área das políticas de ações afirmativas para o início nesse nível de ensino, são pessoas que possuem direitos de pessoas com deficiência, sendo os direitos garantidos na legislação brasileira vigente: pessoa com deficiência física, pessoa com deficiência visual que englobam pessoas com baixa visão, cegueira ou visão monocular; pessoa surda ou com deficiência auditiva;

pessoa com surdocegueira ou pessoa surdocega; pessoa com deficiência múltipla; pessoa com deficiência intelectual; e pessoa com transtorno do espectro do autismo (OMOTE; CABRAL, 2021). Toda via, em uma ótica biopsicossocial, importa que se coloque em risco as práticas e noções ordinárias e do dia a dia que, ao longo das últimas décadas, insistem em entender as deficiências como sendo exclusivamente resultantes de limitações biológicas.

É de suma importância que esse tema alcance mais espaço no âmbito de discussões políticas institucionais, no entanto, quando constatado dentre as instituições de ensino superior brasileiro, existe uma contradição ao que tange a definição da população a ser compreendida pelas equipes de seus núcleos de acessibilidade (CABRAL; MELO, 2017). O espectro populacional engloba desde o comedimento desse atendimento a apenas estudantes que possuem laudo de deficiência, até a sua ampliação a alunos que possuem necessidades educacionais das mais várias como dislexia, discalculia etc. De acordo com Cabral, Mendes e Ebersold (2023) em investigação a 54 instituições de ensino superior apontaram que:

5

Pôde-se inferir que 39% das instituições atendem somente pessoas como deficiência; 37% pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação; 20% pessoas com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento; 4% pessoas com deficiência e/ou pessoas com altas habilidades/superdotação (p. 65).

Em conjunto a isso, a tendência atual das políticas de ações afirmativas é buscar a interseccionalidade de marcadores sociais como gêneros, raças, etnias, sexualidades, condições de moradia, nacionalidades e socioeconômicas. Isso descreve que uma pessoa com deficiência, marcados social que possua uma estima social capacitista e reducionista, pode levar consigo outras várias condições concomitantes: ser preta ou indígena ou parda; possuir baixa renda; compor a comunidade LGBTQ+, entre outras (CABRAL; MENDES; EBERSOLD, 2023).

Dessa forma, retirar as identidades nessas subjetividades possui fundamento importante quando leva em consideração as óticas históricas, sociais, culturais, biopsicológicas e econômicas dos indivíduos no âmbito das políticas de ações afirmativas. O âmbito educacional

superior atual, dessa forma, se configura como um contexto onde relações sociais se apresentam através das distinções de estudantes e singulares subjetividades, gestores e docentes, e técnicos administrativos.

Nessa situação, as instituições de ensino superior possuem compromisso ético-político a preocupação para impedir situações de violação dos direitos humanos com base na discriminação de um sujeito em função da deficiência, por omissão ou ação, segregando-o, estigmatizando-o, prejudicando-o, excluindo-o, anulando-o ou impedindo-o do exercício ou reconhecimento dos seus direitos e das suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2015).

2.2 Educação Superior na Contemporaneidade

Em 2007, o Programa Incluir foi um marco de importante no âmbito das políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência dentro do espaço da Educação Superior Brasileira. Esse programa incentivou o desenvolvimento e a consolidação de núcleos de acessibilidade no espaço das instituições de ensino superior federal (BRUNO, 2011). No entanto, sua intenção nasce com uma lógica central onde, até aos dias atuais, é replicado dentro do funcionamento setorizado, segmentado, fragmentado das Salas de Recursos Multifuncionais munidos historicamente dentro do ambiente da Educação Básica (MALHEIROS; MENDES, 2017).

Nessa perspectiva, tais espaços têm sido uma das principais áreas para se incentivar a permanência dos estudantes com deficiência, através de recursos didáticos, provisão de práticas, materiais e tecnológicos pedagógicos “apropriados”. Em consequência, esse funcionamento tem despontencializado a legitimação dos direitos das pessoas com deficiências no âmbito da Educação Superior:

Diante de uma realidade pouco articulada com contextos culturais, históricos, socioeconômicos e organizacionais, configurando-se, ainda, à luz de uma concepção de acompanhamento que oscila entre assistência e prestação de serviços em detrimento de uma concepção universal dos direitos de acesso, participação plena, formação

profissional e realização de projetos de vida individuais e no âmbito de todas as esferas da sociedade (CABRAL; MELO, 2017, p. 67).

Dessa forma, as instituições de ensino superior tendem a apontar as exigências relacionadas às pessoas com deficiências a sugestões especialistas, não tornando visível, tirando as responsabilidades de unidades e setores dedicados a todas as pessoas, além de não tornar encorajador as possibilidades de elaborar diretrizes democráticas e concretar a partir do que acontece na realidade.

Em relação a isso, Ciantelli e Leite (2016) apontam para que os núcleos atuais de acessibilidade atravessem os espaços fora do espaço universitário e possam se configura como parte real da esfera administrativa, com ação nos espaços decisórios de suas respectivas organizações. É somado neste cenário, a necessidade de rever a estrutura organizacional, das unidades orçamentárias, das condições de acessibilidade, das equipes de profissionais, além da promoção de métodos que atravessem a cultura organizacional para superar a invisibilidade social dessa população.

3 REFLEXÕES PARA SE AVANÇAR NA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DAS PCD A PARTIR DA EXPERIÊNCIA RELATADA

É comum encontrar dentro dos espaços de ensino inadequação dos espaços de aprendizagem, com infraestrutura e mobiliários de laboratório que em grande parte das vezes não permitem a realização de algumas dificuldades, tornando evidente a não contemplação do atendimento de critérios de acessibilidade previstos em lei para atendimento de pessoas com deficiência com a intenção de proporcionar o uso de forma autônoma, segura e independente dentro do ambiente, independentemente da idade, limitação de mobilidade, estatura ou percepção (BRASIL, 2020).

Institutos de ensino superior são espaços de criação e formação de cidadãos, e devem dar o exemplo percebendo as necessidades para se promover a acessibilidade e a inclusão. Sabe-se que os recursos para investimentos em obras estão cada vez mais escassos, uma vez que as

unidades de ensino público principalmente sofrem com cortes de recursos frequentemente. No entanto, é necessário que os atendimentos dessas necessidades devem ser prioridade, bem como ter apoio jurídico e com base na legislação (BRASIL, 2015).

Em estudos de Facci, Silva e Souza (2018), é cabido citar que levando em consideração a diversidade de tipos de deficiência existentes, como auditiva, visual e cognitiva, dentre outras, as necessidades de readequações são várias, incluindo aquelas ligadas ao acesso à informação. Atualmente existem diversos recursos tecnológicos que tornam favorável a transposição dessas barreiras, e as unidades de ensino tem buscado atender através de recursos tecnológicos para suprir essas limitações. Todavia, dentro do âmbito acadêmico é observado que diversos docentes ainda não possuem capacitação ou estão devidamente informados para a utilização desses recursos, assim como a sociedade de forma geral, fazendo com que fiquem subaproveitados.

É possível perceber dentro dos ambientes de ensino ambiente locais com buracos, falta de sinalização visual e tátil no piso, elevadores sem adequação onde não existe informação de outros métodos para atender deficiência auditiva ou visual, bebedouros sem acessibilidade para pessoas que portam algum tipo de deficiência, dentre outros. Os desafios são grandes, comuns a distintas instituições de ensino, que têm se esforçando para tentar propiciar a democratização do ensino para estas pessoas (BORGES et al., 2017).

Este cenário é apontado por Paulo Freire (2002), para o qual as escolas devem admitir uma pedagogia com base na ética, no respeito à dignidade, bem como na autonomia do educando, conscientizando a todos sobre a importância de refletir sobre a realidade na qual se inserem. Além disso, o autor ainda defende a necessidade de reconhecer para enfrentar possíveis barreiras que podem surgir.

Nesta direção, a educação inclusiva necessita ter a sua relevância reconhecida por discentes e docentes, assim como por toda a sociedade, com intuito de assegurar a inclusão das pessoas com deficiência não apenas no âmbito educacional, mas em toda a sociedade. De acordo

com Diniz (2007, apud MARQUES; BARBOSA, 2022) os obstáculos necessitam ser contornados e conhecidos para que essas pessoas usufruam do direito a uma vida digna, resguardando a dignidade inerente. Surgindo a necessidade de quebrar a estrutura social que atinge os deficientes físicos não apenas dentro do âmbito acadêmico, mas em todos os espaços sociais. Essas pessoas necessitam de atendimento equitativo, uma vez que é condição de sobrevivência e elas possuem direito de usufruir de tudo como as demais pessoas.

Após o ingresso nas instituições, outros entraves vão sendo vivenciados pelos estudantes portadores de deficiências dentro do ensino superior, que comprometem a permanência dos estudantes e dessa forma acabam prejudicando a formação. Nessa direção as pesquisas analisadas apontam problemas em relação a acessibilidade dos espaços físicos, práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade comunicacional, entre outros (GALVADÃO, 2017).

Nos estudos analisados como solução para essas questões, as instituições de ensino superior devem desenvolver orientações e políticas internas aplicando dentro do ambiente, mais
9
diretivas para tornar efetivo uma cultura inclusiva no ambiente acadêmico (SARAIVA, 2017). Em conjunto a isso Vestena (2017) constatou que na instituição de ensino, não existia nenhuma política ou orientação específica definitivamente para a inclusão desse público no ensino superior. Como aponta a autora, não existia nem orientação sobre o tipo de atendimento ou local, bem como profissional para realizar o atendimento destas pessoas.

Em relação a acessibilidade de acordo com Mendes (2017) as estratégias das práticas de atendimento pedagógico e o desenvolvimento dos núcleos de acessibilidade são dependentes de suas gestões presenciais. Foi constatado que as políticas institucionais associadas a acessibilidade arquitetônicas foram aplicadas com o apoio desses núcleos e que medidas facilitadoras desenvolvidas por estes, auxiliaram no acesso e na permanência dos alunos que possuem deficiência dentro do âmbito de ensino superior.

Os estudos que objetivaram analisar os serviços oferecidos através dos núcleos de acessibilidade apontaram que esses espaços ajudaram para o desenvolvimento do caminho de formação profissional e a participação parcial dos estudantes com necessidades especiais foi de suma importância (SEVERINO, 2017).

No entanto, ficou evidente a necessidade de informar os estudantes acerca dos programas de apoios financeiros direcionados para suprir as necessidades materiais e físicas desse público e aprimorar as condições da acessibilidade dentro do ambiente das instituições (PEREIRA, 2017).

Foi percebido a necessidade da continuidade do aumento e a formação das equipes que participam nesses ambientes para que estes possam oferecer outros serviços especializados que o estudante com algum tipo de deficiência necessita (VESTENA, 2017). Isso por que os responsáveis por agir nesses espaços possuem habilidades específicas, várias delas exigidas no momento de sua contratação e com intuito de atender a demanda de estudantes ingressantes.

10

Foi percebido que existe uma desproporcionalidade na adaptação, produção e disponibilidade de recursos didáticos pedagógicos em formato aceito em relação aos tipos possíveis de deficiência (SEVERINO, 2017). Além disso, várias ações dos núcleos investigados são desarticuladas e/ou pontuais institucionalmente (OLIVEIRA, 2017). É percebido também, um problema como insuficiência do quadro de profissionais especializados ou espaços físicos inadequados (TEIXEIRA, 2018).

Pesquisa apontam que a experiência e a formação docente auxiliam para o desenvolvimento de medidas e práticas inclusivas dentro do âmbito de ensino superior e também para reduzir a barreira didático-pedagógica enfrentadas pelos portadores de algum tipo de deficiência. Porém, foi percebido em algumas situações que diversos docentes que possuem estudantes em sala de aula, não tem nenhum tipo de formação e com isso enfrentam dificuldades para atender e desenvolver métodos de aprendizagem para estes indivíduos. Existindo também

uma baixa participação dos docentes em ações de formação continuada que buscam educação inclusiva (MENDES, 2017).

Dentre as práticas pedagógicas os estudos sugeriram alterações curricular que permeia a reorganização de recursos, disciplinas e métodos. Segundo Horta (2018) apontou em sua pesquisa que para que a inclusão pedagógica seja atingida, é de suma importância que durante todo o processo, de planejamento até a execução, se alinhe conforme os pressupostos da educação inclusiva.

Outro ponto descrito por Silva (2017) é a necessidade de projetos pedagógicos dentro dos cursos de graduação, levando em consideração as mudanças de estratégias e direcionamento de recursos para mediar o processo educativo. Já Martins (2017) apontou a necessidade da revisão no nível de dificuldade dos itens de avaliação para estudantes com problemas visuais ou surdez, tendo em vista que é definido sem perceber que estes estudantes possuem o português como uma segunda língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de graduação com deficiência em uma instituição de ensino superior aponta, além de momento de crescimento, aprendizagem e alegria, também aponta momentos sofridos e difíceis ao longo do curso. O processo de ensino trata de uma experiência pessoal, mas em estudantes com algum tipo de deficiência esses momentos trazem experiências ruins, contribuindo assim a reflexão sobre o cenário atual com os obstáculos e sucessos alcançados a superar em prol de assegurar a inclusão, aprendizagem e a acessibilidade.

A respeito da percepção sobre a importância das disciplinas de inclusão nos currículos das licenciaturas, existe a necessidade de aumentar a oferta de disciplinas direcionadas para um modelo de educação inclusivo aprimorado, tendo em vista que já existem disciplinas nas

matrizes curriculares que abordam o tema. Vale ressaltar que as disciplinas desenvolvidas e já aplicadas dentro das matrizes curriculares trouxeram diversos benefícios.

É importante ressaltar que não apenas ofertar o ingresso as pessoas com deficiência dentro das instituições de ensino superior, é necessário assegurar a permanência para que a conclusão do curso e os objetivos do indivíduo sejam alcançados e que essa experiência seja digna e prazerosa, concomitante ao desenvolvimento social e pessoal dessas pessoas, bem como da comunidade acadêmica de modo geral.

Dentro do âmbito acadêmico o combate ao capacitismo deve estar constantemente em foco, bem como a difusão cultural da inclusão enquanto valor social que garanta dignidade e cidadania para todos, não como uma obrigação. Assim sendo, as atitudes e ações devem se dar para seguir além do âmbito da legislação. Elas devem ser apoiadas ao exercício da alteridade presente, com respeito e reconhecimento às diferenças e com cooperação e empatia para que todos tenham as mesmas oportunidades.

12

Os resultados deste estudo indicam a importância dos debates que envolvem a iniciação e a continuação dos docentes no contexto do ensino superior. Os resultados obtidos incentivam o debate e contribuem para a literatura sobre a importância de um espaço adequado e pronto para atender pessoas com deficiência dentro do âmbito de ensino superior. Percebe-se que existe em diversos estudos a necessidade dos envolvidos no ensino se inserirem na manutenção acadêmica desses alunos com deficiência, bem como auxiliar na implementação de medidas que incentivem a formação continuada e o desenvolvimento de disciplinas direcionadas a educação inclusiva.

Assim, conclui-se que para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva é preciso oferecer oportunidade para que todos possam desenvolver suas potencialidades e para isso são de suma importância ações que considerem as questões de inclusão e acessibilidade dentro do âmbito do ensino superior, através de estratégias, recursos e metodologias adequadas que

valorizem as distinções e tenham foco nas potencialidades dos alunos sem ou com deficiência. Espera-se que esse estudo seja base de ações que promovam a inclusão de alunos com deficiência, bem como a permanência dentro dessas instituições, auxiliando assim na melhoria da formação do cidadão.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Leonor; MARTINS, Maria Helena; LUCIO-VILLEGAS, Emilio; GONÇALVES, Teresa. Desafios institucionais à inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 30, n. 2, p. 7-31, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 06 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409. **Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República/Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2016.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **Acessibilidade, edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2020.

13

CABRAL, L. S. A. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, p. 57-01-33, 2018.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, v. 33, p. 55-70, 2017.

CABRAL, Leonardo S. A.; MENDES, Enicéia Gonçalves.; EBERSOLD, Serge. Reconfiguração do fazer coletivo e as funções da acessibilidade na Educação Superior. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 12, n. 3, p. 978-999, set./dez. 2023.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da; SOUZA, Marilene Proença Rabello de. O acesso ao ensino superior: será que vivemos, realmente, o processo de inclusão? **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 22, p. 11-13, 2018.

GAVALDÃO, N. **Acessibilidade a estudantes surdos na educação superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília) Dissertação, 2017.

HORTA, G. A. **Inclusão pedagógica: conceituação a partir de uma experiência na educação superior a distância**. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente). Tese. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais. Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior. Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação. **Censo da Educação Superior 2021: divulgação dos resultados**. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais. 2022.

MALHEIRO, C. A. L; MENDES, E. G. **Sala de Recursos Multifuncionais: formação, organização e avaliação**. 1ª Ed. Jundiaí: Paco, 2017.

MARQUES, Andressa Regina; BARBOSA, Jaqueline Almeida Guimarães. A experiência da graduação por uma pessoa com deficiência: reflexões para se avançar na inclusão e acessibilidade. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 12, e039525, p. 1-16, 2022.

MARTINS, D. A. **O ENEM como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro**. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal De São Carlos. tese 2017.

MENDES, K. A. M. O. **Educação especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros**. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Goiás. Tese, 2017.

OMOTE, S.; CABRAL, L. S. A. (Orgs). **Trajetória de construção de uma abordagem social das deficiências**. 1. ed. São Carlos: EdEsp, 2021, v. 1.

14

PEREIRA, R. R. **Estresse, características resilientes e sociodemográficas de alunos com deficiência e com transtornos funcionais específicos da UFPA (Campus do Guamá)**. Programa de Pós-Graduação em psicologia. Universidade Federal do Pará. Tese, 2017.

SARAIVA, L. A. **Trajetórias acadêmicas de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro**. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. Dissertação, 2017.

SEVERINO, M. do P. S. R. S. **Avaliação do processo de implementação do programa incluir na universidade federal do rio grande do norte**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tese. 2017.

SILVA, G. O. da. **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão no curso de letras libras/ língua portuguesa da UFRN**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação 2017.

TEIXEIRA, A. F. **Tecnologia assistiva e inclusão educacional de alunos com deficiência visual no ensino superior: a atuação do núcleo de acessibilidade da UFMA**. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal do Maranhão. Dissertação, 2018.

VESTENA, N. P. **Perfil dos profissionais da rede de educação especial: descrição da formação e do conjunto de processos e práticas na educação superior**. Universidade Federal De Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação. 2017.